



JUDICIÁRIO

“STF tem sido alvo de ataques injustos”

Na posse como presidente do Supremo, Rosa Weber manda uma série de recados a Bolsonaro e promete que Corte seguirá vigilante na defesa da democracia. Ministra enfatiza que o descumprimento de ordens judiciais sequer deve ser cogitado

» LUANA PATRIOLINO

Com ampla defesa da democracia, a ministra Rosa Weber tomou posse, ontem, como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). No discurso, a terceira mulher a assumir o cargo repudiou o discurso de ódio, enfatizou que o Brasil vive tempos “verdadeiramente perturbadores” e sustentou que a Corte continuará vigilante na defesa da Constituição e do Estado democrático de direito. Na mesma cerimônia, o ministro Luís Roberto Barroso foi empossado como vice.

A ministra não citou o nome do presidente Jair Bolsonaro (PL) — **ausente** da cerimônia —, mas destacou que “vivemos tempos particularmente difíceis da vida institucional do país”. “Tempos verdadeiramente perturbadores, de maniqueísmos indesejáveis. O Supremo Tribunal Federal não pode desconhecer essa realidade, até porque tem sido alvo de ataques injustos e reiterados, inclusive sob a pecha de um mal compreendido ativismo judicial por parte de quem, a mais das vezes, desconhece o texto constitucional e ignora as atribuições cometidas a esta Suprema Corte pela Constituição”, disse.

A presidente do STF lembrou que a democracia “pressupõe um diálogo constante, tolerância, compreensão das diferenças e cotejo pacífico de ideias distintas e até mesmo antagônicas”. “Em uma democracia, maiorias e minorias, como protagonistas relevantes do processo decisório, hão de conviver sob a égide dos mecanismos constitucionais destinados, nas arenas políticas e sociais — à promoção de amplo debate, com vista à formação de consensos, mantido sempre, no mínimo, o respeito às diferenças e às regras do jogo”, ressaltou. A ministra defendeu que “descumprimento de ordens judiciais sequer se cogite em um Estado democrático de direito”.

Independência

Rosa Weber aproveitou, também, para mencionar o Dia da Independência. “Presto homenagem ao povo brasileiro, que não desiste da luta pela sua real independência e busca construí-la a cada dia, com garra e tenacidade, a despeito das dificuldades, da violência, da falta de segurança, da fome em patamar assustador, dos milhares de sem-teto em nossas ruas, da degradação ambiental e da pandemia ainda não totalmente debelada, que tantas

Podcast com evangélicos

O presidente Jair Bolsonaro se tornou o primeiro chefe do Poder Executivo a faltar à posse de dirigente máximo do Supremo em quase 30 anos. O último presidente a deixar de prestigiar o chefe do Poder Judiciário foi Itamar Franco, em 1993. Bolsonaro preferiu viajar para São Paulo onde gravou um podcast com evangélicos. Dos ex-presidentes, apenas José Sarney compareceu.

vidas ceifou. Meu desejo-esperança é de que nas próximas comemorações tenhamos avançado na conquista do que a nossa Constituição aponta”, enfatizou.

A ministra seguiu com o discurso em defesa da tolerância e harmonia e exaltou a importância do trabalho do jornalismo profissional. “De respeito ao dogma fundamental da separação de Poderes, de rejeição aos discursos de ódio e repúdio a práticas de intolerância enquanto expressões constitucionalmente incompatíveis com a liberdade de manifestação do pensamento. E de certeza de que, sem um Poder Judiciário independente e forte, sem juízes independentes e sem imprensa livre não há democracia”, assegurou.

Eleições seguras

No pronunciamento, Weber ainda defendeu o sistema de votação brasileiro e o trabalho dos ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes à frente da Justiça Eleitoral durante o período de campanha. “Mais uma vez, garantirá a regularidade do processo eleitoral, a certeza e a legitimidade dos resultados das urnas, e em fiel observância aos postulados de nossa Constituição”, destacou.

Na solenidade, a ministra Cármen Lúcia discursou em nome do tribunal. Ela exaltou o perfil técnico e firme da colega. A magistrada ainda condenou os ataques ao Judiciário e defendeu a democracia. “Não se promove a democracia com comportamentos desmoralizantes de pessoas e instituições. A construção dos espaços de liberdades não se compadece com desresgamentos nem com excessos”, reprovou.

Weber é a terceira mulher a ocupar o cargo. As ministras Ellen Gracie (2006-2008) e Cármen Lúcia (2016-2018) também foram presidentes do Supremo.

Fellipe Sampaio/SCO/STF



Vivemos tempos particularmente difíceis da vida institucional do país. Tempos verdadeiramente perturbadores, de maniqueísmos indesejáveis. O Supremo Tribunal Federal não pode desconhecer essa realidade, até porque tem sido alvo de ataques injustos e reiterados, inclusive sob a pecha de um mal compreendido ativismo judicial”

“Que o descumprimento de ordens judiciais sequer se cogite em um Estado democrático de direito”

“Sem um Poder Judiciário independente e forte, sem juízes independentes e sem imprensa livre, não há democracia”

Rosa Weber, presidente do STF

Saiba mais

Currículo

Gaúcha de Porto Alegre, Rosa Weber graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1971. Foi juíza do trabalho de 1976 a 1991 e integrou o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) de 1991 a 2006. Presidiu o TRT-4 no biênio de 2001 a 2003. De 2006 a 2011, foi ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), até ser nomeada para o STF — pela então presidente Dilma Rousseff —, onde tomou posse em dezembro de 2011. Ela presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2018 a 2020.

Com a posse de Rosa Weber no Supremo, as duas principais cortes superiores do país serão comandadas por mulheres. No último dia 25, a ministra Maria Thereza de Assis Moura assumiu a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Desde o ano passado, a magistrada viu crescer o seu protagonismo no STF, com a relatoria de temas de grande repercussão como a decisão de suspender a execução das emendas do orçamento secreto e o seu posicionamento a respeito do caso da compra da vacina indiana Covaxin.

Agora, como presidente do STF durante as eleições mais conturbadas desde a redemocratização, o principal desafio é manter uma relação institucionalmente equilibrada entre o Judiciário e o Palácio do Planalto.

Além dos 11 integrantes da Corte, marcaram presença na cerimônia os presidentes de todos os tribunais superiores; os presidentes do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB); o procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti; desembargadores, parlamentares e outros convidados.

Rosa Weber substituiu o ministro Luiz Fux e não cumprirá o biênio tradicional de presidência do STF. Isso porque ela aposentará em outubro de 2023, quando completará 75 anos.

Ministra mantém investigação contra Bolsonaro

Horas antes de tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Rosa Weber encaminhou à Polícia Federal os pedidos de investigação feitos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid contra o presidente Jair Bolsonaro (PL). A magistrada rejeitou as recomendações de arquivamento feitas pela vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo.

Relatora do caso, Weber acolheu pedidos dos senadores Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe

Rodrigues (Rede-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL), no âmbito da CPI. Com a decisão, a PF está autorizada a realizar novas diligências para apurar o suposto crime de charlatanismo, à época em que o chefe do Executivo passou a defender o chamado tratamento precoce — que é o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes contra o novo coronavírus —, além de supostas irregularidades na compra de imunizantes e no uso de verbas públicas.

“Sem embargo, considero

plausíveis as preocupações externadas pelos senadores da República Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros — que compuseram os órgãos diretivos da CPI da Pandemia —, a amparar, daí, em bases juridicamente sólidas, o deferimento da medida investigativa por eles pleiteada”, escreveu a ministra. “Deveras, a diligência instrutória pleiteada tem pertinência com o objeto investigado e potencial epistêmico para colher novos elementos a respeito dos fatos em apuração, não

malferindo direitos e garantias individuais, razão pela qual viável a autorização de seu emprego.”

Em julho, em manifestação encaminhada ao STF, Lindôra Araújo afirmou que não vê como responsabilizar Bolsonaro, conforme indicou a CPI da Covid. A vice-PGR disse que “inúmeras pessoas contaminadas nem sequer tiveram contato direto ou indireto (por meio de terceiras pessoas) com o presidente da República, afastando a possibilidade de responsabilização por esse fato”.

Lindôra Araújo também arquivou o indiciamento de atuais e ex-integrantes do governo e parlamentares aliados ao chefe do Executivo: Marcelo Queiroga, Eduardo Pazuello, Elcio Franco, Braga Netto, Heitor Freire, Hélio Angotti e Osmar Terra (MDB-RS) e Ricardo Barros (PP-PR).

Apurações

Os trabalhos da CPI da Covid foram iniciados em abril do ano passado para investigar a

atuação do governo Bolsonaro no enfrentamento à pandemia da covid-19, assim como o uso de recursos federais por estados e municípios na contenção da crise sanitária.

Em quase seis meses de trabalho, a CPI colheu mais de 50 depoimentos, quebrou 251 sigilos, analisou 9,4 terabytes de documentos e fez mais de 60 reuniões. Encerrado em outubro de 2021, o colegiado pediu o indiciamento de 80 pessoas, entre as quais o chefe do Executivo. (LP)